

DIALÓGOS ENTRE O SUJEITO INDETERMINADO DA TRADIÇÃO GRAMATICAL E A NÃO-PESSOA BENVENISTIANA

Paulo David Batista Silva¹
Léia Cruz de Menezes Rodrigues²

RESUMO: Este artigo propõe-se a colocar em diálogo os conceitos de indeterminação do sujeito, conforme apresentada pela Tradição Gramatical do Português (TGP), e de não-pessoa, conforme as ponderações de Benveniste (2020, 2023). Analisam-se as construções sintáticas nas quais o verbo morfologicamente aponta para um “eles(as)” não identificável ou recuperável no contexto discursivo, caracterizadas como oração de sujeito indeterminado; tem-se, portanto, um verbo flexionado na terceira pessoa do discurso, no plural, cujo sujeito é indeterminado. Por sua vez, estruturas sintáticas nas quais o espaço sintático-semântico do sujeito é preenchido por um pronome indefinido, a exemplo de “alguns”, são consideradas de sujeito determinado. Entendemos haver uma mistura de critérios, ora sintáticos ora semânticos, que se aplicam indistintamente, gerando interpretações que inviabilizam a percepção das várias formas de indeterminação do referente discursivo em língua portuguesa. Defendemos que a discussão benvenistiana em torno da “não-pessoa”, entendida como “aquela que não se enuncia”, auxiliará na compreensão da língua viva e de seus vários recursos de indeterminação do referente discursivo.

Palavras-Chave: Indeterminação do sujeito. Indeterminação do referente discursivo. Tradição Gramatical. Não-pessoa benvenistiana.

ABSTRACT: This article aims to put into dialogue the concepts of indeterminacy of the subject, as presented by the Portuguese Grammatical Tradition (TGP), and of non-person, according to the considerations of Benveniste (2020, 2023). The syntactic constructions in which the verb morphologically points to a “they” that is not identifiable or recoverable in the speech context are analyzed, characterized as a clause with an indeterminate subject; Therefore, we have a verb inflected in the third person of speech, in the plural, whose subject is indeterminate. In turn, syntactic structures in which the syntactic-semantic space of the subject is filled by an indefinite pronoun, such as “some”, are considered to have a determined subject. We understand that there is a mixture of criteria, sometimes syntactic and sometimes semantic, that apply without distinction, generating interpretations that make it impossible to perceive the various forms of indeterminacy of the discursive referent in Portuguese. We argue that Benvenist's discussion around the “non-person”, understood as “that which is not enunciated”, will help in understanding the living language and its various resources of indetermination of the discursive referent.

¹ Discente do Curso de Letras-Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – paulobatista197@gmail.com.

² Orientadora. Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente lotada no Instituto de Linguagens e Literaturas da Unilab. E-mail: leiamenezes@unilab.edu.br.

Keywords: Indeterminacy of the subject. Indeterminacy of the discursive referent. Grammatical tradition. Benvenistian non-person.

1. INTRODUÇÃO

Em língua portuguesa, o sintagma nominal na função de sujeito está ligado ao sintagma verbal na função de predicado pelo elo de concordância em número e pessoa, que se estabelece morfológicamente por desinências verbais, caracterizando, o fenômeno morfossintático da flexão verbal. Diz-se que o verbo aponta para a *pessoa do discurso* – primeira, segunda e terceira – remetendo, portanto, respectivamente, a Eu/Nós; Tu/Vós; Ele(a)/Eles(as)³.

Podemos correlacionar as *pessoas do discurso* a três dos cinco fatores de comunicação verbal propostos por Roman Jakobson (2010)⁴: o *remetente* (Eu/Nós), o *destinatário* (Tu/Vós) e o *contexto*, ou seja, algo ou alguém (Ele/Eles) a que se faz referência durante a comunicação e deve ser de possível compreensão ao destinatário. É preciso deixar claro que, no modelo de Jakobson, remetente e destinatário são necessariamente humanos, e o contexto não necessariamente.

A Tradição Gramatical do Português (TGP), termo utilizado por Bagno em sua Gramática Pedagógica do Português Brasileiro (2011), categoriza o sujeito de construções em que o verbo faz referência a um “Eles(as)” sem referente contextual que o anteceda de *indeterminado*. Por sua vez, o sujeito de construções do tipo *um cara esquisito perguntou por você* é entendido como determinado. Em termos de referência reconhecível pelo interlocutor, o referente nos exemplos é “indeterminado”, em termos semânticos se não forem recuperáveis pelo texto ou no mundo construído pela linguagem.

Consideramos haver, no conceito de *sujeito indeterminado*, abandono de critérios *morfossintáticos* e adoção de critério *semântico-pragmáticos*, o que resulta na indistinção de

³ Aqui, fazemos menção ao paradigma verbal como ainda o apresenta compêndios gramaticais normativos; o que não condiz com os usos reais da variante brasileira da língua portuguesa; na qual o paradigma mostra-se ser Eu/Nós/A gente; Você/Tu/Vocês; Ele(a)/Eles(as). Para maior aprofundamento, conferir o tópico 12.8 A conjugação verbal no português brasileiro, do capítulo “No princípio era o verbo...” da obra *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (Bagno, 2011, p.539-542).

⁴ Roman Jakobson (2010, p. 157) considerou como fatores do ato de comunicação verbal: remetente (codificador); mensagem; destinatário (decodificador); contexto (ao qual se faz referência durante a comunicação e deve ser de possível compreensão ao destinatário); código (deve ser parcial ou totalmente comum ao remetente e ao destinatário) e; contato (canal físico a partir do qual se estabelece a comunicação; envolve também uma conexão psicológica entre remetente e destinatário). JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo, SP: Cultrix, 2010.

dois distintos conceitos: o *morfossintático de sujeito* e o *discursivo de referência*. A abordagem descritiva da língua pela TGP encapsula a pessoa do discurso, o sujeito gramatical e o referente discursivo em um mesmo entendimento. Assim, em sentenças nas quais o verbo se apresenta na 3ª pessoa do plural sem que o texto aponte para um referente discursivo, compreende-se o sujeito como *indeterminado*, aquele que faz menção a um referente de forma vaga, imprecisa; paradoxalmente, ao mesmo tempo que esse referente é impreciso, continua a ser *pessoa*. Quanto à *pessoa* do discurso, ela costuma ser erroneamente associada ao papel semântico de agente, o que se revela verdadeiro em relação a EU/TU e NÓS/VÓS, mas não necessariamente em relação a ELE(A)/ELES(AS). Tem-se uma incoerência; pois, não pode haver *pessoa* sem representação desta na enunciação, conforme depreende-se do conceito de *persona*, em Benveniste, do qual trataremos adiante.

Estabelece-se, assim, a invisibilidade de recursos expressivos que indeterminam o referente e geram efeitos enunciativos diversos. Assim, estruturas como *Ninguém sabe de onde Maria veio* ou *A galera hoje acha que o Google é referência acadêmica!* são apresentadas como de *sujeito determinado* – respectivamente, “ninguém” e “a galera”. De fato, morfossintaticamente são sujeitos; mas semanticamente seus referentes não são retomáveis, pois o efeito ensejado é, respectivamente, de indeterminação e de generalidade.

Se o sujeito sintático pode ser recuperável (critério morfossintático), qual a pertinência da inclusão do referente discursivo (critério semântico-pragmático) na categorização de sujeito *indeterminado* e qual a pertinência para a conceituação de *indeterminação do referente discursivo* da noção de sujeito?

Assim como Lima (2015, p. 54)⁵, entendemos que a TGP materializada em compêndios gramaticais normativos, por vezes reproduzidas em livros didáticos, caracteriza como *indeterminado* o que é um mero sujeito desinencial em termos morfossintáticos. Faz-se necessário não confundir sujeito morfossintático com *indeterminação de referência*, o que pode ser realizado por vários mecanismos linguísticos em língua portuguesa. Concordamos com Lima (2015, p. 77):

[...] assumimos a posição de que a nomenclatura utilizada na tradição gramatical e replicada nos livros didáticos de língua portuguesa de sujeito indeterminado e/ou indeterminação do sujeito não cabe às situações de utilização da língua em que há

⁵ Para leitura do trabalho de Lima (2016), consultar link: https://www.uece.br/profletaswp/wp-content/uploads/sites/72/2016/07/Elielder-de-Oliveira-Lima_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 02.09.2024.

ocorrência do fenômeno. Assim sendo, no lugar dessas expressões, sugerimos, em contrapartida, o termo e as expressões alcunhados por Teixeira (2014, pp. 61-62): indeterminação de referência, sujeito indeterminador e construção indeterminadora.

De fato, quando a gramática diz “sujeito indeterminado” e “indeterminação do sujeito”, caímos naquele oposto lógico ao verbo. As expressões de Teixeira referem-se a: sem referência discursiva, isto é, não necessariamente ao sujeito da frase, mas a indefinição ao *elemento de que está falando* ou a *quem ou quê está sendo referido na frase* (indeterminação de referência); ao *sujeito quando não especificado ou identificado* (sujeito indeterminador); e a *produção de oração na qual o sujeito não possui identificação*, ou seja, o agente é indefinido ou desconhecido (construção indeterminada).

Neste trabalho, centramos atenção na Teoria da Enunciação, de Émile Benveniste, citada no trabalho de Lima (2015), mas não explorada, como alicerce da construção do conceito de *indeterminação da referência*.

O trabalho está desenvolvido em quatro seções principais para além desta introdução: (2) apresentamos o processo de constituição de pessoa através da linguagem conforme Benveniste, o que se dá no processo enunciativo, e desenvolvemos a base da compreensão da *não-pessoa* benvenistiana; em seguida, (3) centramos atenção ao que compêndios gramaticais normativos afirmam acerca do *pronome indefinido*, objetivando reflexão acerca do conceito de *indefinição* e sua relação com o conceito de *indeterminação* e unimos as seções 2 e 3 por esboçar o que entendemos ser um diálogo entre a TGP e Benveniste; arrematando palavras concludentes.

Entendemos que um diálogo com a linguística de Benveniste viabiliza compreensão da configuração discursiva, o que nos permite reconhecer que *sujeito* e *pessoa* possuem traços constitutivos próprios, o que possibilita reconhecê-los tanto no nível gramatical quanto no nível discursivo. Procedemos, portanto, a um cotejo do tratamento conferido à categoria *pessoa* na obra de Benveniste e em compêndios gramaticais normativos. Especificamente, lidaremos com o capítulo 18 da obra *Problemas de Linguística Geral I*, de Émile Benveniste (2020 [1902- 1976]), intitulado “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, o qual é parte de um conjunto de seis capítulos que compõem a quinta parte da obra: *O homem e a língua*.

Objetivamos mostrar como o conceito de *relações de pessoa no verbo*, perspectiva desenvolvida nos trabalhos de Benveniste, pode alicerçar compreensão acerca da distinção entre a função morfossintática de sujeito e o recurso expressivo da indeterminação do referente discursivo. Assim, é possível ter uma visão clara do que é o sujeito e do que são as

diversas maneiras de indeterminar o referente discursivo; uma vez que essa indeterminação se explica pela *não construção do ser*, a não-pessoa, que não pode tomar a palavra e assim ser.

2. A PESSOA E A NÃO-PESSOA EM BENVENISTE: A ESTRUTURA DAS RELAÇÕES DE PESSOA NO VERBO

Benveniste (2020 [1902- 1976]) dedicou atenção à noção de *sujeito antropológico*, o que o fez centrar-se na *parole*: “modo particular e singular como a fala se articula em relação à língua... ponto de partida para se pensar o sujeito.” (Machado, 2009, p.81). O estudioso assumiu enfoque investigativo para além do estruturalismo, que retirou a *parole* do objeto da Linguística, ao optar por uma Linguística da *langue*, pois essa proporcionava um estudo sistêmico de sua ordem, ao mesmo tempo que inviabilizou espaço para pensar o sujeito antropológico.

Benveniste considera que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (p.282), o que curiosamente garante à linguagem atribuição antropológica, haja vista que “a antropologia pode ser definida como a ciência que estuda o homem como ser biológico, social e cultural.”. A propósito, Gérard Dessons, em *Émile Benveniste: l'invention du discours* (2006), fundamenta uma antropologia da linguagem em Benveniste, uma vez que o autor, em *Estruturalismo e linguística* (1968), diz ver “sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio da cultura.” (PLG II, 2023, p.25), portanto, estudada em relação a esses elementos tendo como centro o homem. Sob essa linha, a nível da enunciação, ele “desenvolve” o conceito de *pessoa no discurso*.

Se, então, considerarmos o *ato enunciativo* e o *status antropológico da língua à pessoa*, o “ele”, não se enunciando, não obtém categoria de pessoa haja vista que, no ato enunciativo, através da língua, conforme Benveniste (2020 [1902- 1976]), ocorre uma triangulação entre *eu/tu* e *ele/eu*, aquele que fala/comunica, *tu*, a quem se dirige o discurso, e *ele* o “tema” do discurso. Então, quando se diz “E virá como guerra, a terceira mensagem, na cabeça do homem, aflição e coragem⁶”, há um eu-lírico que avisa acerca de uma “terceira mensagem” – (ela) virá como guerra; gerando no homem (espécie humana) aflição e coragem –, tem-se um *eu* que fala para um *tu* sobre *ele*. A condição e a oposição dessas *personas* no ato

⁶ Excerto da canção *Terceira Lamina*, do compositor Zé Ramalho. Link: <https://www.lettras.mus.br/ze-ramalho/49360/>. Acesso em 04.09.2024.

enunciativo são “inerente ao discurso” (BENVENISTE. PLG II, 2023 [1902 - 1976], p. 69). E se tratando de *seres*, os dois primeiros, isto é, o *eu* e o *tu*, cumprem esse papel, mas o *ele* não, o que caracteriza, segundo Benveniste, uma *não-pessoa*, já que não toma posse da alocação – isto é, tomar o turno da fala – para se constituir como *ser*, pois, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*.” (BENVENISTE. PLG I, 2020 [1902 - 1976], p.282).

Em suma, ao considerar o ato de enunciar *condição de personalidade*, Benveniste exclui essa “3ª pessoa” do status de *pessoa* na enunciação, tanto por sua própria natureza, tanto pela configuração discursiva. Essa é, portanto, a *não-pessoa* benvenistiana. Isso se acentua quando analisamos formas impessoais (chover, entardecer, amanhecer etc.). Também é verificável em outra classe gramatical, quando na 3ª pessoa do plural: os pronomes indefinidos. Daremos atenção, na seção seguinte, ao conceito de indefinição nos pronomes ao abordar o tratamento concedido aos pronomes indefinidos em compêndios gramaticais.

Se tomar a alocação é imprescindível para se constituir como *ser*, somente se pode falar em pessoa do discurso nos casos de eu, tu, nós, vós (você). Assim, a pessoa não é determinada pelo verbo. Em consequência disso, em construções do tipo “Ninguém sabe de onde Maria veio” ou “A galera hoje acha que o Google é referência acadêmica!”, temos sujeito (Ninguém e A galera), que são *não-pessoas* e os referentes discursivos estão indefinidos, ou seja, não particularizados.

A base de indefinição (ser não particularizado) ou indeterminação (extensão não determinada ou não fixa), portanto, está na falta de *referente persona no mundo construído pela linguagem*, não no pronome em si mesmo. Na frase “*Nadam, nadam, só para morrer na praia*”, o sujeito é *eles*, conforme a morfologia do verbo atesta, mas não há particularização no mundo. Coadunamos com Bliksten (2003 *apud* LEITE; MARTINS, 2013, p.43), para o qual

o referente está diretamente ligado à significação linguística, e ainda, representa a realidade extralinguisticamente, ou seja, o referente ou objeto de discurso é compreendido na dimensão da percepção/cognição que organiza o pensamento antes da própria linguagem.

Ou seja, a língua nos permite a representação da realidade. Da mesma forma, Benveniste,

em “*Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística*” (1963), fundamenta uma teoria sobre o discurso que “para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade.”, nesse caso, ele compreende a linguagem como *instituidora do mundo*. O *ser* ausente não pode manifestar-se através da linguagem para conferir-lhe *pessoa*. Assim, no discurso, o “ele/ela” não pode apresentar-se como membro ativo da enunciação uma vez que não se enuncia.

Desse modo, Benveniste (2020 [1902- 1976]) se refere à “3ª pessoa” como *não-pessoa*, a partir da perspectiva de uma *linguística antropológica*, que, no nosso entender, viabiliza a prática da descrição da língua portuguesa em usos reais, coadunando com o conceito de “língua em função”, presente nos trabalhos de Neves (2002, 2026, 2012, 2018). Defendemos que as microteorias desenvolvidas nos estudos de Benveniste permitem alicerçar descrições condizentes com a gramática da língua viva.

Iniciamos as reflexões sobre a linguística de Benveniste por pensar o uso que fazemos dos pronomes (reto, oblíquos, demonstrativos, possessivos etc.) para referenciar – mesmo que, por vezes, só tenhamos mais atenção em sua função referenciadora durante a escrita. O que muitas vezes nos passa despercebido é que, quando referenciamos “pessoa”, na verdade referenciamos a *não-pessoa*.

Se considerarmos a definição de *discurso* em Benveniste, a saber: “o ato mesmo de produzir um enunciado” (BENVENISTE. PLG II. 2023 [1902 - 1976], p. 82), e de *enunciado*, “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE. PLG II. 2023 [1902 - 1976], p. 82), tomaremos por objeto de estudo a *fala*. Nesse contexto, os pronomes não são apenas elementos gramaticais, mas remetem ao mundo biossocial – como atesta Benveniste – esses itens lexicais fundamentam seu referente na gramática e no mundo.

Para além dos pronomes, dentre as classes gramaticais, segundo Benveniste (2020 [1902 – 1976], os verbos constroem a categoria de pessoa e sob ela constitui-se a noção de *persona*. Diz o autor: “O verbo é, como o pronome, a única espécie de palavras submetida à categoria de pessoa.” (p.245). Ou seja, a noção verbal identifica a pessoa. Portanto, a categoria de pessoa tem fundamento também no verbo.

Como sabemos, as conjugações verbais correspondem às três pessoas do discurso – tanto no singular quanto no plural – a pessoa serve de índice para a conjugação. Em *Problemas de Linguística Geral* (2020 [1902 – 1976]), no capítulo 18 “*Estrutura das relações de pessoa no verbo*” (1946), Benveniste afirma que “há sempre três pessoas e não há senão

três” (p.246) identificadas por oposição uma as outras.

A noção de *pessoa* encontra-se implícita no discurso, uma vez que há um *eu* que fala, um *tu* que ouve, e um *ele* (sobre o que falamos). Observa-se que a primeira e a segunda pessoa (*eu/tu*) encontram-se num mesmo plano por ocasião da *correlação de subjetividade* do *eu*: assim, o *tu* só existe a partir do *eu*, pois “quando saio de ‘mim’ para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um ‘tu’ (p.252). A subjetividade do *eu* determina, portanto, um *tu* para que haja diálogo.

Por outro lado, a *correlação de personalidade* confere ao “*eu-tu*” marca de pessoa ao contrário de “*ele*”: “a terceira pessoa é, em virtude da sua própria estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal.” (p.250). Então quando enunciamos, por exemplo, “Sempre achei que isso não era legal”⁷, o *eu* é marcado pelo verbo, e, existindo um *eu*, necessariamente há um *tu*; contudo, o *ele* não marca uma “pessoa”, pois não se encontra habilitado à inversão enunciativa das outras duas pessoas – o “*eu*” pode tornar-se um “*tu*” e “*tu*” pode tornar-se um “*eu*” –, por isso, “*ele*” não se enuncia.

1. A CLASSE PRONOMINAL E A SUBCLASSE DOS PRONOMES INDEFINIDOS NA TGP

Compêndios gramaticais normativos são obras de “conduta linguística”, cuja meta é a descrição-prescrição de um ideal de língua chamado de Norma de Referência (ou Norma Padrão), exemplificado, em muitos compêndios, a partir da escrita de alguns poucos escritores consagrados como referências em Portugal e no Brasil. Trata-se, portanto, de um recorte de um todo heterogêneo, que varia e muda, que sofre as pressões do uso e reflete, ao mesmo tempo que consolida, valores de um povo socio-historicamente situado. Tais compêndios exploram os níveis fonético, morfológico, morfossintático e sintático; sendo a frase a unidade máxima de análise. E aqui lembramos que a “frase” é hipotética; por isso seu conceito não se confunde com o de enunciado.

No que diz respeito à temática desta pesquisa, a TGP categoriza *pessoa* nas formas singular (*eu, tu, ele*) e plural: *eu, tu, ele (nós, vós e eles)*. Cada pessoa é utilizada para indicar a

⁷ Quando estamos lidando com enunciados – usos concretos da língua portuguesa retirados de um contexto real – utilizando o expediente das aspas; quando estamos lidando com frases, elas aparecem em itálico. “Sempre achei que isso não era legal.” é título de uma canção do compositor Kiko Zambianchi. Link: <https://www.lettras.mus.br/kiko-zambianchi/112722>. Acesso em 04.09.2024.

posição que um usuário da língua ocupa no espaço criado pela e na linguagem. Ela, também, descreve o *sujeito* como elemento gramatical pertencente à oração – estrutura constituída em torno do verbo; categorizando-o como essencial, juntamente com o predicado. Quanto ao conceito de *indefinição*, ela o veicula a um subtipo pronominal, e esse conceito se relaciona ao de *indeterminação*. Dito isso, procedemos à análise dos *pronomes indefinidos* segundo alguns compêndios gramaticais normativos.

3.1. Pronomes Indefinidos

A classe gramatical do *pronome* (do latim *pronomen*, pro + nomen, significando “em lugar do nome”) abriga uma série de formas com características funcionais diferentes – pronomes pessoais, de tratamento, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos, indefinidos. Os pronomes categorizados como *indefinidos* são entendidos como “os pronomes que se aplicam à 3ª pessoa gramatical, quando considerada de um modo vago e indeterminado.” (Cunha e Cintra, 2008, p. 370. Grifo nosso). Essa menção a *pessoa* do discurso não pode ser confundida com o conceito de *pessoal* presente na categorização da subclasse *pronomes pessoais*. A *pessoa do discurso* aponta, no mundo, portanto extralinguisticamente, para um referente, identificando-as, pressupondo-as; enquanto *pessoal* marca uma subclasse gramatical.

Segundo Rocha Lima (2012, p.156), “*pessoas do discurso* se chama o indivíduo que fala, o indivíduo com que se fala e o indivíduo ou a coisa de que se fala.”. Tal acepção corresponde a tradição gramatical grega na figura de Dionísio, o Trácio (170-90 a.C.), que, segundo Neves (2002 *apud* PENKAL 2006, p.75), foi o primeiro gramático a propor as três pessoas do discurso a partir da noção verbal: 1ª – a que fala (de quem parte o discurso); 2ª – aquela a quem se fala (a quem se dirige o discurso); 3ª – aquela de quem se fala (sobre quem é o discurso). Podemos ver essa estrutura no seguinte exemplo extraído de Cegalla (2008, p.179): *Prendi teu cachorro, mas não o maltratei*; temos a 1ª pessoa do discurso notada através da noção verbal “(eu) prendi”, a 2ª pessoa do discurso marcada pelo pronome possessivo “teu”, que remete à segunda pessoa do singular, e a 3ª pessoa do discurso “cachorro”, assunto sobre o qual se fala.

Se consideramos o *pronome* como classe gramatical designativa de *pessoa*, então, *pronome indefinido* é, pois, aquela referência imprecisa à pessoa. Nisso atestam compêndios gramaticais normativos diversos:

Pronomes indefinidos são palavras que se aplicam à terceira pessoa gramatical quando esta tem sentido vago, ou exprimem quantidade indeterminada. (Rocha Lima, 2012, p.161).

São os que se aplicam à 3.^a pessoa quando têm sentido vago ou exprimem quantidade indeterminada. (Bechara, 2019, p.185).

Estes pronomes se referem à 3.^a pessoa do discurso, designando-a de modo vago, impreciso, indeterminado. (Cegalla, 2008, p.168).

Interessante notar que os gramáticos acima referidos ou fazem menção à “pessoa gramatical” (Cunha e Cintra, 2008, p. 370; Rocha Lima, 2012, p. 161) ou à “pessoa” (Bechara, 2019, p.185) ou à “pessoa do discurso” (Cegalla, 2008, p.168). A denominação “pessoa gramatical” parece afastar a 3.^a pessoa do papel de enunciador, alocando-a no interior da gramática da língua; por sua vez, a denominação “pessoa” parece distanciar a 3.^a pessoa da gramática e do discurso, como se existisse um lugar à parte das discussões gramática-sistema e gramática-uso real; por fim, o termo “3.^o pessoa do discurso” parece alocá-la no polo discursivo. Além dessas três acepções, ainda temos a definição de Almeida (2009, p. 170), segundo o qual “PESSOA GRAMATICAL: É a relação entre a linguagem e os seres”. Nessa última, “pessoa gramatical” é apresentada tanto gramaticalmente (ele) quanto discursivamente (de quem se fala).

Nos compêndios gramaticais normativos, os pronomes são apresentados ou como *substantivos* ou como *adjetivos*; em Cegalla (2008, p.179) lemos: “*Pronomes* são palavras que substituem os substantivos ou os determinam, indicando a pessoa do discurso.” Retornando à frase de Cegalla *Prendi teu cachorro, mas não o maltratei*, temos que o pronome **teu** determina o substantivo “cachorro” à 2.^a pessoa “tu”; já o pronome oblíquo **o** é substitutivo da palavra “cachorro”. Os gramáticos dividem os pronomes em duas classes: *pronomes substantivos* e *pronomes adjetivos*.

Vejamos como os pronomes indefinidos se comportam. Em Bechara (2019, p.179), temos os seguintes exemplos:

- a. “**Meu** livro é melhor que o **teu**.”
- b. “**Isto** é melhor que **aquilo**.”

Em (a), os pronomes “Meu” e “teu” modificam o substantivo “livro” determinando-o e correlacionando-o, respectivamente, à primeira e à segunda pessoa do discurso. Em (b), os pronomes “Isto” e “aquilo” assumem o lugar sintático característico de um substantivo – ou palavra/expressão substantivada. Assim, poderíamos dizer que *Maria é melhor que Mariana*;

opção essa que demonstra o lugar sintático-semântico ocupado pelos pronomes indefinidos “isto” e “aquilo”.

Os *pronomes indefinidos* desempenham também dupla função, ora são pronomes adjetivos, ora pronomes substantivos; possuem duas formas: os flexionáveis em gênero (masculino e feminino) e em número (singular e plural) – os *variáveis* – e os que não sofrem flexão – os *invariáveis*. Segue, para efeito de exemplificação, o quadro constante em Cunha e Cintra (2008):

Imagens 1- Formas do Pronome Indefinido				
VARIÁVEIS				INVARIÁVEIS
MASCULINO		FEMININO		
algum	alguns	alguma	algumas	alguém
nenhum	nenhuns	nenhuma	nenhumas	ninguém
todo	todos	toda	todas	tudo
outro	outros	outra	outras	outrem
muito	muitos	muita	muitas	nada
pouco	poucos	pouca	poucas	cada
certo	certos	certa	certas	algo
vário	vários	vária	várias	
tanto	tantos	tanta	tantas	
quanto	quantos	quanta	quantas	
qualquer	quaisquer	qualquer	quaisquer	

Fonte: Cunha e Cintra, 2008, p.371.

Fonte: Cunha e Cintra, 2008, p.371.

Tomemos alguns exemplos retirados de compêndios gramaticais normativos para entendermos o emprego de tais pronomes:

- (1) “Não houve coisa **alguma**.” (pron. adjetivo. femin.)
- (2) “**Quantos** não erraram neste caso!” (pron. substantivo. mascul.)
- (3) “**Ninguém** ainda inventou o fósforo contra o vento.” (pron. substantivo. invar.)
- (4) “[...] perdi inclusive minhas roupas e o **pouco** dinheiro que tinha [...]”. (pron. adjetivo. mascul.)
- (5) “Não há carreira mais **certa**.” (pron. adjetivo. femin.)
- (6) “**Cada Um, Cada Um** (a Namoradeira)⁸”

⁸ Título da letra da música de Cláudio Zoli. Disponível: <https://www.letras.mus.br/claudio-zoli/64514/>. Acesso em 19-11-2024. Os exemplos de 01 a 05 foram retiradas dos seguintes compêndios gramaticais Napoleão Mendes de Almeida (2009), Evanildo Bechara (2019) e Celso Cunha.

Os pronomes indefinidos também são categorizados como substantivos (variáveis x invariáveis) ou adjetivos (variáveis x invariáveis) nas obras de Bechara (2019; 2009) e de Cegalla (2008). Há também menção à *locução pronominal indefinida*.

Alguns aspectos distinguem o tratamento dado aos pronomes indefinidos pelos autores citados no parágrafo anterior. Bechara (2019), por exemplo, pontua que certos pronomes indefinidos são utilizados como *quantificadores indeterminados*, isto é, “aplicam-se a quantidades indeterminadas” (p.185). Como exemplo, o autor cita a frase *Muito lhe devo*, na qual “muito” refere a algo de dimensão indeterminada.

Cunha e Cintra (2008), por sua vez, sistematizam os pronomes indefinidos levando em conta *oposições* e *valores*. As oposições dão-se no campo semântico, o que permite a compreensão dos pronomes indefinidos em *afirmativos* (algun, alguém, algo) x *negativos* (nenhum, ninguém, nada), *totalidade inclusiva* (tudo, todo) x *totalidade exclusiva* (nada, nenhum), *presença* (alguém, ninguém) x *ausência* (algo, nada). Os valores dão-se no campo sintático, uma vez se considerar a disposição dos pronomes em relação a outros constituintes frasais. Assim, em “– Com ele podes arranjar **alguma coisa**.” (p.374), o pronome indefinido está anteposto ao substantivo, portanto, seu *valor é positivo*. Quando posposto ao substantivo, a exemplo de “Já não morria naquele dia e não tinha **pressa alguma** em chegar em casa.” (p.374), seu valor é negativo. Quanto ao gênero gramatical, os autores destacam que, no feminino, os pronomes indefinidos costumam figurar em “construções de acentuado valor *afetivo*” (p.375), a exemplo de “O lavrador ainda levantou a cabeça para fazer **alguma das dele**.” (p.375). Destacam ainda que, o pronome indefinido “nenhum”, quando na presença de negação, torna-se equivalente ao pronome indefinido *um*, a exemplo do que ocorre em “Esse capitão **não** foi **nenhum** oficial de patente, mas um autêntico capitão de terra e mar de Quatrocentos...” (p.375).

Consideramos louvável o esforço descritivo empreendido por Cunha e Cintra (2008) ao contemplarem a semântica dos pronomes indefinidos em usos da língua portuguesa; lamentamos apenas que os “usos” escolhidos são todos da língua escrita em sua modalidade literária, com exemplos retirados da variante europeia e da brasileira do português, sem qualquer recorte temporal, o que torna, não raras vezes, difícil a compreensão dos exemplos ao leitor.

Contrapomos os gramáticos acima ao tratamento enxuto concedido por Silva (2012, p. 161) aos pronomes indefinidos, o qual os sistematiza em três categorias, uma tríade com base em referentes:

1. Referente a pessoas: quem, alguém, ninguém, outrem;
2. Referente a coisas: que, algo, tudo, nada; e
3. Referente a lugares: onde, algures, alhures, nenhures.

Concluimos essa síntese acerca do tratamento dos *pronomes indefinidos* com uma guinada funcional, voltamo-nos aos trabalhos de Maria Helena de Moura Neves.

Neves (2011) descreve os pronomes indefinidos quanto a sua *natureza*, *função* e *emprego*. Segundo a autora, os pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos são por natureza *fóricos*, isto é, possuem condição de referência semântica à *pessoa* (pessoais e possessivos) e ao *contexto* ou *discurso* (demonstrativos). Analisemos os seguintes exemplos retirados de Neves (2011, p.449-50, 471, 491):

- (1) “**Sérgio**, porém, prosseguira como se só **ELE** tivesse o direito de falar.”
- (2) “Pois, quem melhor do que **ELE** poderia compreendê-la no seu penar e, portanto, amá-la – quem, senão **ELE**, **Sílvio Iberê**, que trazia da longínqua infância a marca da predestinação ao sofrimento?”
- (3) “Estamos diante do Marrocos e **EU** estou com sede.”
- (4) “Todas as **MINHAS predileções** vão para o passado.”
- (5) “Tenho a **TUA filha!**”
- (6) “Cada país tem **SEU uso**, cada roca tem **SEU fuso**.”
- (7) “Quando me davam um **texto**, eu já sabia como fazê-lo. Aí, **AQUELE texto** não me interessava.”
- (8) “Eu lhe agradeço a presença **nESTA** mesa, **nESTA** ceia.”

Em (1), o pronome “ele” referencia “Sérgio”, ou seja, o retoma semanticamente *a posteriori*, dispensando a repetição desse: isto chama-se *anáfora*. Em (2), o pronome “ele” referencia “Sílvio Iberê”, mas o pronome antecede o referente, a referenciação dá-se *a priori*: isto chama-se *catáfora*. Em (3) ocorre a *dêixis* ou *função exofórica*, isto é, a referência é à *pessoa* na comunicação. Em (4), (5) e (6), a referência é às *pessoas do discurso* (1ª, 2ª e 3ª) determinadas pelo pronome utilizado que identifica sua oposição, respectivamente “eu”, “tu” e “ele”, no (4) dá-se oposição entre a 1ª (minhas) x 3ª pessoa (elas – minhas predileções); no (5), oposição entre 1ª (tenho) x 3ª pessoa (ela – tua filha); e no (6), oposição entre 3ª (seu uso) x 3ª pessoa (seu fuso). Por fim, em (7) e (8), temos a referência, respectivamente, ao contexto e ao discurso pelos *demonstrativos*.

À essa natureza *fórica* contrapõe-se os pronomes indefinidos, que são *não fóricos*.

Nas palavras de Neves (2011, p.533), lemos: “Os **pronomes indefinidos** são, em princípio, palavras **não fóricas**, isto é, não constituem itens com função de instruir a busca de recuperação semântica na situação ou no texto.”. Sobre a ideia de indeterminação do referente do pronome indefinido, a pesquisadora diz que: “uma palavra **indefinida** não necessariamente é **indeterminada**, já que ser **indefinido** significa ser não particularizado, não restrito, e ser **indeterminado** significa ter uma extensão não determinada ou não fixa.” (p.553). Utilizando o exemplo “**TODO** homem é mortal”, a autora argumenta que o item “homem” é, apenas, não particularizado, porém determinado em sua extensão semântica. Nos parece que Neves, diferentemente dos outros gramáticos aqui referidos, distingue os termos *indefinido* e *indeterminado*, aquele quanto a uma noção de ente, esse quanto a uma noção espacial; dizer “não particularizado” se trata de uma generalização de natureza, no exemplo dado o “homem”, e não de numa individualização categorial de pessoa, quanto a indeterminado significar extensão, refere-se a ele ser uma “zona”, um território, ou uma dimensão, imprecisa. Essas são, pois, sobre a *natureza dos pronomes indefinidos*.

Ao explicar a *função dos pronomes indefinidos*, Neves (2011) os divide em *nucleares* e *periféricos*. “São **nucleares** aqueles elementos que por próprios constituem um **sintagma**, com a mesma distribuição de um **sintagma nominal**.” (p.534), a esses são chamados *pronomes substantivos*: “**NINGUÉM** vai decidir a hora da minha morte.”. A ocupação desses pronomes no núcleo do sintagma nominal os condiciona naturalmente à categoria dos pronomes substantivos, portanto, nucleares. E “são **periféricos** aqueles elementos que incidem sobre um substantivo, constituindo um adjunto adnominal. Esses **pronomes** que ficam à margem do **núcleo substantivo** são os tradicionalmente chamados **pronomes adjetivos**.” (p.535). Ou seja, são espécies que, mesmo na sua natureza pronominal, modificam o substantivo núcleo das frases [Não se trata de **NENHUM** sacrilégio.]. Nesse caso, Neves os qualifica a partir de sua posição sintagmática: *nucleares*, centros/núcleo do sintagma nominal, e *periféricos* os que orbitam o núcleo os influenciando. Ademais, a autora assevera que essa observação é para além de especificação sintática, pois incide também numa especificação semântica, visto que:

- a) os elementos **periféricos** operam identificação para o **nome** que acompanham (são **indefinidores** do **nome** que é núcleo do **sintagma nominal**);
- b) os elementos **nucleares** constituem, em si, **sintagmas indefinidos** (são **indefinidos** propriamente ditos).

Neves (2011) também afirma que os *periféricos* atribuem indefinição para o sintagma nominal, porém, o *nome*, conserva sua propriedade (+humano / –humano), exemplo: “[...] não ia pensar que se obrigava **ALGUM homem** armado à beira daquela lagoa.”. Já os *nucleares* têm seus traços (+humano / –humano) determinados, porém definidos:

- (1)“Tentei dizer **ALGO**, mas ela selou meus lábios com o dedo.”
- (2)“Hoje fico aí esperando **ALGUÉM** telefonar, sozinha nessa casa.”
- (3)“Não leria **NADA**, jurava.”
- (4)“Nunca conheci **NINGUÉM** como você.”

Apesar de suas correspondentes definições naturais, o “algo”, em (1), assim como o “nada”, em (3), possuem traços –*humano*, e em (2) e (4), os pronomes, respectivamente, “alguém” e “ninguém”, possuem traços +*humanos*.

Por fim, sobre o *emprego dos pronomes indefinidos*, Neves (2011) discorre longamente pontuando alguns deles quanto à gênero e número e quanto à referência a pessoas e coisas. Dados os fins a que se prestam este artigo, não apresentaremos aqui a análise, todavia recomendamos aos leitores o estudo do capítulo 10 da obra *A Gramática do Português Revelada em Textos* (Neves, 2011, p. 553-637).

Vimos, então, que, o estudo do *pronome* tem raízes na tradição grega, a qual considerava as *pessoas do discurso* ao tratar da categoria gramatical “pronome”. No bojo da TGP, os compêndios gramaticais descritivos-normativos, como os de Bechara (2019), Cegalla (2008) e Cunha e Cintra (2008), tratam a subclasse dos pronomes indefinidos pela referência imprecisa destes à pessoa do discurso. Os autores destacam o lugar sintático dos pronomes indefinidos como característico de um substantivo; os distribuem em variáveis e invariáveis, exploram a semântica de tais em termos de oposições (critério semântico) e valores (critério sintático). A perspectiva descritiva funcional da língua portuguesa, por sua vez, aqui representada pelas ponderações de Neves (2011), compreende os pronomes indefinidos como não fóricos e traz significativa distinção entre os conceitos de indefinição (não particularização) e indeterminação (extensão não determinada ou não fixa), que serão importantes no retorno que faremos a Benveniste no tópico subsequente.

Quadro 01. Síntese conceitual das seções 02 e 03 deste artigo

- ✓ **Pessoa:** Conceito que toma como referência três fatores da comunicação verbal: o *remetente* (Eu/Nós), o *destinatário* (Tu/Vós) e o *contexto* (Ele/Eles).
- ✓ Há duas espécies de palavras submetidas à categoria de **pessoa**: verbos (constroem a categoria de pessoa) e pronomes (materializam a categoria de pessoa).
- ✓ Nos verbos, a **pessoa** serve de *índice* para a conjugação.
- ✓ Os pronomes são **itens lexicais que fundamentam seu referente na gramática e no mundo**. Assim, a **pessoa** é a categoria gramatical sob a qual se constrói a noção de *persona* (categoria discursiva).
- ✓ A **terceira pessoa** não se enuncia, por isso é a **não-pessoa** benevenistiana – é apenas índice para a conjugação.
- ✓ **Não-pessoa** – incapaz de se enunciar.

- ✓ **Pronomes pessoais:** remetem a uma das três pessoas do discurso.
- ✓ **Pronomes indefinidos:** suscitam referência imprecisa à terceira pessoa do discurso, referindo-se a ela de modo vago ou *indeterminado*.
- ✓ **Pronomes indefinidos:** possuem natureza **não fórica**, isto é, não constituem itens com função de instruir a busca de recuperação semântica na situação ou no texto.

- ✓ **Indefinido e Indeterminado não são sinônimos.**
- ✓ **Indefinido:** significa ser não particularizado.
- ✓ **Indeterminado:** significa ter uma extensão não determinada ou não fixa.

Elaborado pelo autor.

Observamos que, no caso dos pronomes indefinidos, a abordagem da TGP não faz distinção entre sujeito e pessoa, sobretudo em enunciados cujo referente se indetermina; por exemplo: (1) Dancei muito ontem., (2) Danças-te muito bem!, (3) Dançamos demais... e (4) “Dançam por horas. . Percebe-se que os sujeitos em (1) [eu], em (2) [tu] e em (3) [nós] estão marcados pela morfologia verbal, isto é, são recuperáveis pela estrutura do verbo, bem como é possível identificar suas respectivas pessoas no mundo biossocial. No entanto, em (4), embora a desinência número-pessoal do verbo [-m] permita a recuperação do sujeito (eles/elas), esse sujeito não aponta para uma pessoa no mundo, daí sua possibilidade de indeterminação. É nesse ponto que se dá um estranhamento – por que nos exemplos (1), (2), (3) o sujeito é recuperável na morfologia do verbo; mas em (4) não? Ora, o sujeito do exemplo (4) é claramente (eles/elas), recuperável com a mesma facilidade dos demais! O sujeito, de fato, continua identificável pela morfologia do verbo. O problema reside, então, na TGP considerar isomórfico os conceitos de sujeito e pessoa. Entendemos que tal problemática encontra desenlaço se trouxermos a linguística de Benveniste para o diálogo.

Coloquemos, pois, em diálogo a TGP e a Linguística antropológica de Benveniste, na consideração da seguinte estrofe da canção ELES⁹, de Caetano Veloso e Gilberto Gil:

Eles têm certeza do bem e do mal
Falam com franqueza do bem e do mal
Creem na existência do bem e do mal
O florão da América, o bem e o mal

Em termos morfossintáticos, quem são os que têm certeza, os que falam com franqueza e creem na existência do bem e do mal? ELES. Tem-se um sujeito (na acepção da concordância em número e pessoa com os verbos *têm*, *falam* e *creem*) claramente identificável pela morfologia verbal. Esses verbos estão flexionados na 3ª pessoa gramatical, como mero índice para a conjugação. Em termos discursivos, o referente de ELES é não particularizado, e, como 3º pessoa, é a *não-pessoa*, dada sua incapacidade de se enunciar. Na letra da canção “Eles”, inclusive, esse efeito de não particularização é proposital, pois a canção “ridiculariza e ataca o projeto da esquerda vinculado também a parte dos artistas da MPB, que acreditava no “dia de amanhã”, demonstrando as contradições de setores da esquerda guiados pela chave do nacional-popular e pela utopia do futuro promissor.”¹⁰

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de *sujeito* na TGP parte, primordialmente, de um conceito morfossintático – sujeito é o termo que concorda em número e pessoa com o verbo. No entanto, ao falar do recurso expressivo da *indeterminação do referente discursivo*, a TGP traz, para a categorização do sujeito, um critério semântico; assim afirmando que, quando

⁹ “Eles” — canção presente no primeiro LP solo do compositor, Caetano Veloso (1968). “Em confronto com o projeto da esquerda, a canção demonstra com picardia o quanto, para o narrador, esse setor além de integrar a burguesia, ou uma parcela da classe média intelectualizada, coloca-se como os esclarecidos do que seria bom ou não. O modo de vida dessa classe enuncia-se pelas seguintes atitudes: tomar táxi, preocupação familiar e com dinheiro, o uso do espaço social da sala de jantar em detrimento do quintal, dentre outros exemplos que a canção enseja. Especificamente à MPB, fica clara a crítica em afirmar a convicção esperançosa com o futuro, além do caráter dicotômico (bem ou mal) com as questões que estavam em voga na época.” (SANTOS, Daniela Ferreira. **A formalização da derrota: sobre “Eles” e “A voz do morto”, de Caetano Veloso**. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 61, p. 56-81, ago. 2015. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil). Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/100764/99459>. Acesso em 16.10.2024)

¹⁰ SANTOS, Daniela Ferreira. **A formalização da derrota: sobre “Eles” e “A voz do morto”, de Caetano Veloso**. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 61, p. 56-81, ago. 2015. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil). Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/100764/99459>. Acesso em 16.10.2024

o referente discursivo não é recuperável tem-se o *sujeito indeterminado*. Tal afirmação culmina numa grande confusão entre *sujeito x pessoa*.

Podemos confundi-los, ingenuamente, no uso linguístico pela associação às pessoas do discurso por nossa percepção: *eu, tu e ele*. Mas cometeríamos um erro, pois, embora possamos aplicar o “ele” a alguém à vista, assumindo-o como *pessoa*, esse uso do termo extrapola o critério morfossintático e não seria aplicável a objetos por ser o que são. Da mesma sorte, o *ele* seria pessoa se estivesse ausente da percepção visual e estivesse apenas no cognitivo daquele que fala ou do interlocutor, de forma virtual na língua e presente no discurso por configuração inerente (3ª pessoa, *de quem se fala*).

Considerando esses pontos, e assumindo a condição de fala como condição de *pessoa*, como vimos, podemos assumir que: (1) *pessoa* só poderia ser aplicado a seres humanos haja vista sua conceituação, e (2) se for ativo na enunciação, isto é, falar. O problema é que isso também é uma falácia já que o “ele” pode também ser atribuído a coisas, objetos e abstrações, como explica Monteiro (1994), ao explicar como a noção de personalidade está indevida em gramáticas tradicionais. Todavia, em Benveniste (2020 [1902-1976]), se tratando de seres humanos, o ato enunciativo é critério de personalidade, pois a linguagem é constitutiva de *sujeito*¹¹.

Ao analisar os critérios utilizados por compêndios gramaticais quanto à noção de *indeterminação do sujeito*, de modo a provar que se trata de indeterminação do referente discursivo, que não se confunde com a noção de sujeito, vimos que compêndios gramaticais normativos, por sua vez, não concede a essa gramática-mundo o lugar devido, haja vista a confusão entre sujeito e pessoa, pois, considerando-os como iguais, ela não explica quem é esse *indeterminado da 3ª pessoa no mundo*. Assim, na frase *estudam todos à noite*, indaga-se “quem estuda?”, a resposta é *eles*, mas não há particularização.

Em Benveniste, com o conceito de *persona*, torna-se claro o que se apresenta nebuloso e confuso na TGP. Considerando o status antropológico da linguagem presente em Benveniste, mencionado por Dessons (2006), a enunciação, isto é, o ato utilitário da língua (BENVENISTE, 2023 [1902 - 1976]), concede ao *homem* existencialidade na sociedade, na história e na cultura. Então, a aceção de *indeterminação do sujeito*, quando o verbo está flexionado na 3ª pessoa, contradiz a ação constitutiva do *homem* através da língua: para um *eu* pressupõem-se um *tu*; assim como para um *nós* pressupõe-se um *tu*; mas não há como

¹¹ Quando Benveniste (PLG I. 2020, p.282) afirma que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”, entendemos que se trata de um *sujeito histórico*, isto é, pessoa reconhecida no tempo e espaço.

pressupor um *tu* para um *eles*, pois o *eles* não se caracteriza como *pessoa*, pois não assume o turno de fala: ao assumir, automaticamente, passa a ser um EU em relação a um TU.

Na TGP os conceitos de *sujeito* e *pessoa* se confundem, gerando dois grandes problemas para a compreensão de como a língua funciona: 1. a impossibilidade de compreender o porquê de o *eu* e o *tu* serem recuperáveis na morfologia verbal, mas o mesmo não ocorrer com o *ele/ela*; 2. a invisibilização de vários recursos linguísticos de indeterminação do referente discursivo, a exemplo de “Ninguém disse uma palavra sequer!”, em que “ninguém” é o sujeito, mas não é pessoa. Em suma: há marcação de sujeito gramatical na 3ª pessoa do plural, mas ela não pode ser tomada como referente/pessoa do discurso.

Pelo que vimos aqui, portanto, a categoria de *pessoa* é construída pelo verbo e materializada pelos pronomes, é *índice para a conjugação*: EU/NÓS (1ª pessoa); TU/VÓS (2ª pessoa); ELE(A)/ELES(AS) (3ª pessoa) – definição de natureza morfossintática. O *sujeito* oracional é o elemento lexical que concorda em número e pessoa com o verbo, podendo o espaço sintático-semântico aberto pela estrutura argumental de um verbo, esteja esse espaço preenchido ou não no plano de expressão da língua; assim, em “Estão falando mal de você!” tem-se um “eles” como sujeito, claramente recuperável pela morfologia verbal, como dá-se em “Amo arroz com feijão” em que se tem um “eu” como sujeito.

Três são os índices para conjugação; mas apenas dois desses índices são pessoas na acepção benvenistiana: EU/NÓS e o TU/VÓS. Essas são categorias sob as quais se constroem a noção de *persona*. ELE(A)/ELES(AS) são não-pessoas, pois não se encontra habilitado à inversão enunciativa das outras duas pessoas – o “eu” pode tornar-se um “tu” e “tu” pode tornar-se um “eu” –, por isso, “ele” não se enuncia. Critério discursivo.

Entendemos que a análise em dois planos – o morfossintático e o discursivo – é a chave para que se entenda a utilização de verbos na terceira pessoa sem referente particularizado e se abra espaço para as várias formas de não particularização do referente discursivo em língua portuguesa, o que é fundamental para a compreensão dos recursos expressivos da língua viva.

AGRADECIMENTOS

Por amor e valoração demonstro gratidão aos que me foram importantes, contribuindo em minha caminhada: ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, como era no princípio, agora e sempre, amém; a minha estimada família, especialmente a minha amada mãe; aos mestres que sempre aconselharam e inspiraram-me, S. Agostinho e S. Tomás de Aquino; aos professores a quem sempre nutri admiração em minha formação, Prof.^a Dr.^a Otávia Marques de Farias, Prof.^a Dr.^a Juliana Geórgia Gonçalves de Araújo e Prof.^a Dr.^a Léia Cruz De Menezes Rodrigues, essa sobretudo por guiar-me na construção desse trabalho. Obrigado!

DEDICATÓRIA

Ao sonho fervoroso do amor de uma mãe a querer ver seu filho formado, dedico este trabalho a minha primeira professora: minha amada mãe, Maria de Fátima Sousa Batista Silva (*in memoriam*).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. M. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 46ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 39ª. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BENVENISTE, E. (1902 - 1976). **Problemas de Linguística Geral II**. 3. ed. Campinas SP: Pontes Editores, 2023.
- BENVENISTE, E. (1902 - 1976). **Problemas de Linguística Geral** - Volume I. Tradutoras: Maria Glória Novak e Maria Luisa Neri. - 6. ed. - Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Cintra. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.
- DE ALMEIDA, R. T. Evolução histórica do conceito de pessoa - enquanto categoria ontológica. **Revista Interdisciplinar do Direito** - Faculdade de Direito de Valença, [S. l.], v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.faa.edu.br/FDV/article/view/202>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- DESSONS, G. **Émile Benveniste: l'invention du discours**. Paris: Éditions in Press, 2006.
- LEITE, M. A.; MARTINS, R. Referenciação. **Cadernos CESPUC de Pesquisa Série Ensaios**, v. 1, n. 23, p. 43-48, 9 dez. 2013.
- LIMA, R. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 50ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- MACHADO, B. F. V. Benvenistee Lacan: sobre o sujeito e o discurso. **PROLÍNGUA**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/13434>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- MONTEIRO, J. L. **Pronomes pessoais**. João Pessoa: Edições UFC, 1994.
- NEVES, M. H. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.
- NEVES, M. H. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- NEVES, M. H. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, M. H. **A gramática: história, teoria e análise, ensino.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

NEVES, M. H. M.. **Gramática de usos de português.** 2ª ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011.